



REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO
E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Exma. Senhora
Dra. Catarina Gamboa
Chefe do Gabinete de S. Exa o
Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares

Assunto: Resposta à Pergunta Parlamentar nº 381/XIV/2ª

Para Catarina,

Encarrega-me o Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de, em resposta à pergunta parlamentar em epígrafe, levar ao conhecimento de V. Exa. os seguintes esclarecimentos:

O Governo tem adotado, na negociação do Quadro Financeiro Plurianual (QFP) e do Plano de Recuperação (PR) da UE, uma postura de diálogo, transparência, disponibilidade para o debate e participação ativa, com propostas sólidas e concretas.

Após o Conselho Europeu extraordinário de 17 e 18 de julho, no qual os Chefes de Estado e do Governo alcançaram um acordo político histórico sobre o próximo QFP para o período 2021-27 e para a criação do PR – *Next Generation EU* – no valor de 750 mil milhões de euros, defendemos que a prioridade era avançar, com a máxima celeridade, na adoção dos textos legislativos que concretizassem as decisões do CE, de modo a que todo o conjunto QFP/PR estivesse operacional em janeiro e os apoios europeus essenciais à retoma económica e ao combate da pandemia fossem disponibilizados, com a maior brevidade possível, às economias, às empresas e às pessoas.

Neste sentido, o Governo tem mantido contactos, ao nível técnico e político, com os principais intervenientes nesta fase das negociações. Destacam-se os vários encontros do Primeiro-Ministro com a Presidente da Comissão Europeia, com o Presidente do Parlamento Europeu ou com os eurodeputados que compõem as equipas negociais do Parlamento Europeu.

Portugal tem adotado também uma posição de apoio às iniciativas da Presidência alemã do Conselho da UE, que tem liderado as negociações por parte do Conselho, e que consideramos que apresentou propostas sólidas, tendo em vista obtermos um acordo o mais rapidamente possível.



REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO
E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Exemplo disto foi o acordo político alcançado este mês com o Parlamento Europeu sobre o próximo QFP. Este acordo representou mais um passo decisivo, cumprindo uma das condições necessárias para a conclusão deste processo negocial e para a implementação do pacote decidido pelos Chefes de Estado e de Governo no passado mês de julho.

Na reunião informal de líderes da UE, de 19 de novembro, realizada por videoconferência, não foi possível chegar a um consenso sobre este acordo entre a presidência alemã e o Parlamento Europeu, nomeadamente no ponto relativo ao mecanismo de condicionalidade associado ao Estado de Direito. A Hungria e Polónia referiram que não podiam aceitar este acordo, alegando que este desvirtuava o compromisso obtido em julho. Os Líderes decidiram dar um mandato à chanceler alemã para prosseguir com as negociações e encontrar um compromisso o mais rápido possível, uma decisão que Portugal apoiou.

Este processo negocial segue uma sequenciação definida. Todo o pacote QFP/PR carece agora de confirmação formal no Conselho e no PE. Após a aprovação formal, por parte do Parlamento Europeu, do acordo político alcançado este mês – o que está previsto para a sessão plenária de novembro ou dezembro –, o Conselho terá de adotar, por unanimidade, o regulamento relativo ao QFP e, posteriormente, a Decisão de Recursos Próprios (DRP). Só depois desta aprovação do acordo final pelo Conselho se poderão lançar os processos nacionais de ratificação da decisão de recursos próprios, assim como finalizar todos os dossiês setoriais. Sem esta ratificação, não poderá ser aumentado o teto máximo de recursos próprios, uma condição prévia para a contração nos mercados financeiros, dos montantes necessários ao *Next Generation EU*.

Quanto à posição do Parlamento Europeu e ao seu pedido de reforço de alguns dos mais emblemáticos programas de gestão centralizada, não houve qualquer divergência com o Governo. Desde o início das negociações do QFP, há mais de dois anos, temos defendido o reforço dos programas comuns da Comissão, desde que estes reforços não fossem feitos à custa dos programas de gestão partilhada, como a PAC e Coesão. Pelo contrário, os que sempre exigiram a redução dos tetos máximos do QFP foram os denominados países “frugais” – Áustria, Dinamarca, Finlândia e Holanda.

O acordo alcançado com o Parlamento Europeu irá aumentar em 15 mil milhões de euros as verbas de alguns destes programas, como o EU4Health (3,4 mil milhões de euros), Horizonte Europa (4 mil milhões de euros) ou Erasmus+ (2,2 mil milhões de euros). Porém, o acordo político para o QFP acordado pelos líderes europeus em julho já previa o reforço financeiro



REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO
E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

de muitos destes programas face ao quadro comunitário atual (QFP 2014-21): por exemplo, as verbas do Horizonte Europa aumentam 23% e as do Erasmus+ sobem mais de 40%.

O acordo alcançado em julho sobre o próximo QFP e a criação de um Plano de Recuperação da UE foi um passo histórico, que irá disponibilizar verbas relevantes – um “poder de fogo” de 1824 mil milhões de euros – e necessárias para a recuperação da economia europeia e para a sua resiliência futura, seguindo objetivos estratégicos como a dupla transição digital e energética, a reindustrialização e o reforço de uma Europa mais social, justa e igualitária. Este acordo permite também a Portugal o acesso a verbas europeias com dimensão inédita e flexibilidade no seu uso.

Com os melhores cumprimentos, *também pessoais*

A Chefe do Gabinete

Indira Noronha

ARF/AM